

Títulos estaduais dificilmente serão reativados a curto prazo

por Alaor Barbosa
do Rio

A recuperação da imagem dos títulos estaduais junto aos investidores vai depender mais do esforço dos próprios Estados do que de eventuais medidas que venham a ser tomadas pelo governo federal para incentivar a colocação desses papéis. Essa é a opinião do ex-chefe da Divisão de Mercado do Departamento de Dívida Pública do Banco Central, Elmo Cavalcanti Gomes, que assumiu, ontem, a presidência da Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários do Rio de Janeiro.

Gomes acredita que a próxima administração do Banco Central tomará medidas para incentivar o mercado desses papéis, pois o novo presidente da instituição, Carlos Brandão, "é um profundo conhecedor do sistema e defende um mercado de vários ativos". Até agora, a ênfase das autoridades monetárias tem-se concentrado na colocação de Letras do Tesouro Nacional, mas Gomes acredita que isso deverá mudar em futuro próximo.

O novo presidente da Diverj admite, porém, que a curto e médio prazos os Estados com títulos em circulação não terão condições de captar novos recursos líquidos no mercado através da colocação de seus papéis.

Em São Paulo, a caixa única

A nova equipe econômica do governo paulista, dirigida pelo secretário da Fazenda, Affonso Celso Pastore, espera fortalecer a importância e a liquidez das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Paulista. Para isso, será importante o esquema de caixa única para controle das despesas de todos os organismos do Estado, o que evitaria a necessidade da colocação das ORTP para cobrir "buracos", orçamentários, permitindo uma programação das emissões desses papéis dentro de uma estratégia de longo prazo.

A principal preocupação das administrações estaduais agora é de "girar a dívida" e manter a agilidade do instrumento, disse Gomes.

COORDENAÇÃO DA DÍVIDA

A formalização da atuação do Banco do Brasil na coordenação do mercado de títulos estaduais, por outro lado, também deverá contribuir para melhorar a imagem desses papéis. É possível que ocorra, também, um maior entrosamento entre os atuais administradores das dívidas dos Estados, uma vez que todos eles

As primeiras previsões indicam que deverão ser emitidos cerca de Cr\$ 6 bilhões de ORTP neste ano, apenas para manter o giro da dívida do Tesouro paulista. O saldo desses papéis é estimado em Cr\$ 18 bilhões. Tais projeções sofrerão, provavelmente, revisões, pois se basearam numa inflação anual de 38% e em uma expansão do PIB de 4%, números que já podem ser considerados ultrapassados, tendo em vista o comportamento da economia neste início de ano.

serão "do mercado", afirmou o presidente da Diverj. Dirigindo a distribuidora de São Paulo, por exemplo, está agora o ex-diretor-financeiro do Unibanco, Roberto Zullo, com grande experiência no setor.

A coordenação da dívida estadual pelo Banco do Brasil é feita em caráter informal, mas a partir de agora o presidente do BB terá in-

clusive assento no Comitê de Mercado Aberto, que sofrerá uma ampla reformulação, elevando-se o seu "nível". Além da diretoria do Banco Central e do presidente do Banco do Brasil só participarão do comitê o secretário-geral do Ministério do Planejamento e o chefe da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda, além do chefe do Dedip. Na gestão anterior, a maioria dos integrantes do comitê eram chefes de departamentos do próprio BC, além da diretoria do banco.

Sobre a dívida fluminense, especificamente, Gomes disse que a mesma está bem escalonada. Dos Cr\$ 9,2 bilhões em circulação, apenas 20% (cerca de Cr\$ 2 bilhões) vencerá este ano e a mesma proporção no próximo ano. Ele disse que é intenção do novo governo estadual fazer com que a Diverj atue diretamente ligada ao Banco Comercial do Estado, o que não vem ocorrendo atualmente. O volume de títulos em circulação no mercado, sob responsabilidade de todos os Estados, atingiu montante expressivo, situando-se atualmente em torno de Cr\$ 45 bilhões.